



Fabrício Ricardo de Limas Tomio¹

É com grande satisfação que trazemos a lume o presente fascículo da revista Gralha Azul, periódico científico da Escola Judicial do Paraná (EJUD-PR), estabelecimento ligado ao Tribunal de Justiça desse estado (TJ-PR). Nesta edição, reunimos uma seleção de dez artigos produzidos no âmbito do Núcleo de Pesquisa em Direito e Política, do Programa de Pós-Graduação em Direito, da Universidade Federal do Paraná (DIRPOL/PPGD/UFPR), que, entre outros objetivos, tem-se dedicado a investigar questões fundamentais relacionadas à eficiência, eficácia e acesso à justiça no Brasil a partir de métodos rigorosos de coleta e análise de dados empíricos.

O conjunto de pesquisas que formaram a base dos artigos é inovador porque os pesquisadores, durante um ano inteiro – no marco da cooperação firmada entre o DIRPOL/PPGD/UFPR e a EJUD-PR – construíram suas abordagens metodológicas para a investigação empírica de seus objetos sobre o Judiciário paranaense a partir de seminários metodológicos, reuniões de orientação e suporte dos técnicos em sistemas de informação e bases de dados do TJ-PR. O número que ora oferecemos à leitura traz estudos levados a cabo na esteira dessa parceria interinstitucional.

Como resultado, o leitor da revista terá acesso às reflexões teóricas e aos resultados de pesquisas empíricas com muita qualidade e de grande interesse interdisciplinar, recomendadas a profissionais de diversas áreas acadêmicas das Ciências Sociais e Jurídicas, além daqueles engajados na administração pública e no Poder Judiciário.

¹ Professor Titular de Ciência Política no Departamento de Direito Público/UFPR, Mestre em Sociologia Política pela UFSC (1995) e Doutor em Ciência Política pela UNICAMP (2002), atuando nas Pós-Graduações de Direito (PPGD/UFPR) e Ciência Política (PPGCP/UFPR). É pesquisador na área de Ciência Política, coordenador do Grupo de Pesquisa Instituições Políticas e Processo Legislativo (CNPq/UFPR) e do Núcleo de Pesquisa Direito e Política - DIRPOL (PPGD/UFPR), abordando principalmente os seguintes temas: federalismo, instituições políticas, relações executivas legislativas, processo decisório, estudo comparativo dos legislativos estaduais, Jurisdição Constitucional Comparada e Direito/Política/Judiciário (estudos empíricos e comparados).

Lattes iD: <http://lattes.cnpq.br/5809838365839106> Orcid iD: <https://orcid.org/0000-0001-7492-8600>



Rodrigo Rossi Horochovski²

No primeiro artigo, intitulado Estudo do panorama da eficiência do Poder Judiciário do Estado do Paraná utilizando análise envoltória de dados (DEA), Rodrigo De Pretto, tendo como objeto de estudo o sistema judiciário paranaense, lança mão de metodologia que permite análise rigorosa da eficiência de processos decisórios, oferecendo importantes subsídios para a melhoria da referida instituição.

Em seguida, Cristiane Santos Leite, em A eficácia do julgamento monocrático do recurso, como meio de efetividade da tutela jurisprudencial: uma análise a partir dos recursos posteriormente julgados pelo Colegiado, examina em que medida o julgamento unipessoal de recursos possibilita um rápido trâmite processual, promovendo segurança jurídica, buscada como princípio constitucional do Direito brasileiro. O tema em apreço também é esquadrihado por Mateus Simioni de Bittencourt, que, no artigo Julgamento monocrático de recursos: uma análise de sua observância pelo Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, investiga se e como a mencionada corte vem efetivamente empregando tal modalidade de julgamento em termos de frequência e consistência.

² Doutor em Sociologia Política pela Universidade Federal de Santa Catarina (2007), mestre em Sociologia (2000) e graduado em Ciências Sociais (1995) pela Universidade Federal do Paraná. Professor titular da Universidade Federal do Paraná, no Curso de Bacharelado em Administração Pública e nos Programas de Pós-Graduação em Ciência Política (PPGCP) e Desenvolvimento Territorial Sustentável (PPGDTS). É representante titular da UFPR no Comitê de Ciências Políticas e Sociais da Associação de Universidades do Grupo Montevidéu (AUGM) e diretor da Associação Brasileira de Ciência Política (ABCP) - Regional Sul. Atualmente desenvolve pesquisas sobre análise de redes sociais, financiamento político e políticas públicas. Lattes ID: <http://lattes.cnpq.br/7124028943127330> Orcid ID: <https://orcid.org/0000-0003-1135-0543>

Gabriel Medeiros Régnier, na sequência, nos oferece uma Análise comparativa entre o processo penal suíço e o brasileiro: compreendendo a busca, a apreensão e o instituto da selagem a partir de dados estatísticos, judiciais e administrativos do Tribunal de Justiça do Paraná. No texto, o autor expressa como o Brasil pode aprender com o país europeu no que concerne tanto ao controle da legalidade da investigação, quanto ao respeito aos direitos e garantias fundamentais no âmbito da persecução penal.

Alexandre Moreira van der Broocke, em seu artigo Justiça gratuita e o alcance da presunção de veracidade da declaração de pobreza em demandas de baixa complexidade, levanta a necessidade de revisão dos critérios usados para decidir quem tem direito à assistência judiciária gratuita em casos que podem ser julgados nos tribunais de pequenas causas. Preocupação semelhante, porém, com foco em ações julgadas improcedentes, está presente no estudo de caso Os benefícios da justiça gratuita podem impactar negativamente o acesso à justiça? Uma análise a partir de demandas julgadas improcedentes pela 2ª Vara Cível em 2019, de Marina Zagonel Xavier da Silva.

Rodrigo Fernandes Lima Dalledone, em seu artigo Concursos de ingresso e remoção: como a experiência do tribunal de justiça do paraná no processo de outorga de delegações pode contribuir para o aprimoramento da seleção de not rios e registradores?, analisa o processo de outorga de delegações notariais e de registro no Paraná, destacando as dificuldades enfrentadas nos concursos públicos decorrentes da Resolução 81/2009 do CNJ, que estabelece a necessidade de conclusão dos concursos em até doze meses. Observando os resultados do 3  Concurso Público de Provas e Títulos para Outorga de Delegações de Notas e de Registro do Estado, são propostas melhorias normativas para otimizar o aproveitamento dos concursos, reduzir períodos de interinidade e a utilização de recursos públicos.

Anderson Ricardo Fogaça, Luiz Cezar Nicolau, e Vinícius Rodrigues Lopes, no artigo Indicadores socioambientais no Poder Judiciário, discutem o uso de indicadores socioambientais no Judiciário, destacando como o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) adota esses indicadores para aprimorar a gestão dos tribunais e a tutela judicial do meio ambiente. Mencionam a importância desses indicadores para monitorar o desempenho e orientar as políticas públicas judiciárias, especialmente aquelas que se relacionam com a sustentabilidade e o combate às mudanças climáticas.

Em A virada de Copérnico Judiciária, o estudo de caso do Projeto-Piloto da Corregedoria-Geral do TJPR, diante das novas perspectivas da Gestão na era da comunicação instantânea, Leandro Nascimento Mantau resgata a história de importante modificação na gestão judiciária paranaense. Trata-se da introdução do serviço de mensagens WhatsApp para a comunicação de atos processuais, especialmente em face dos desafios trazidos não apenas pela necessária evolução tecnológica, mas também pela eclosão da Pand mia de Covid-19.

Por fim, Eren  Oton França de Lacerda e Débora Redmond apresentam Monitoração eletr nica: solução   superlotação ou placebo penitenciário? Uma análise quantitativa dos monitorados no Estado do Paraná (2017-2018). No estudo, os autores perscrutam o papel da monitoração eletr nica como alternativa eficaz e eficiente ao encarceramento tradicional no contexto paranaense.

A coleção de artigos ora apresentada reflete um compromisso a um só tempo acad mico e social de seus autores. Além de produzir dados e análises que contribuem para o Direito enquanto campo de pesquisa cientificamente orientada, pode oferecer valiosos subsídios à melhoria do sistema de justiça, tendo como escopo inicial o Estado do Paraná.

Boa leitura!